Coleções *Brasilianas*: história, historiografia e apontamentos sobre mercado editorial e questão indígena no Brasil (1930-1945)[1]

Fabiana Marchetti

As coleções *Brasilianas* já se tornaram um objeto de estudo consagrado na historiografia do livro e da edição no Brasil, especialmente a partir da tríade formada pela Brasiliana, da Companhia Editora Nacional (CEN), Documentos Brasileiros, da José Olympio, e Biblioteca Histórica Brasileira (BHB), da Livraria Martins, lançadas, respectivamente em 1931, 1936 e 1940. Em síntese, as principais pesquisas sobre o tema (Pontes 1988; Sora 2010; Franzini 2006; Dutra 2006) demonstram como as coleções expressaram as transformações sociais, políticas e culturais marcadas pela Revolução de 1930 (Carone 1965; Azevedo 1943, 392, 415). E, diante disso, analisam como elas constroem verdadeiros projetos editoriais de proporções inéditas para a realidade brasileira que, de um lado, se beneficiam de uma conjuntura material e intelectual favorável à expansão do mercado editorial no Brasil; de outro, concretizam aspectos de avanço em sua profissionalização e propósitos de intervenção na cultura nacional.

A reconstrução do Estado e da política sob novos princípios modernizadores –tais como centralização política, identidade, representatividade, liberdade econômica– (Carone 1974, 283-342) demandou novas formas de se interpretar o Brasil, estimulando a circulação e ampliação do acesso a repertórios de referência sobre a realidade nacional. Assim, as *Brasilianas* se tornaram plataformas de projeção de obras que serviriam a este processo, um modelo editorial canônico que estabelecia "tudo aquilo que você deve ler para conhecer o país" (Sora 2010, 28). E pelo mesmo motivo, expressaram a consciência dos editores em cumprirem uma "missão" (Pontes 1988, 6, 59-61) na salvaguarda da cultura e da história do país, construindo um

1 Estes são os resultados iniciais da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida pela autora, intitulada "Mercado Editorial e Questão Indígena no Brasil: edição, projetos de nação e identidade nacional (1930-1967)". O projeto está vinculado à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2024/06538-7.

https://doi.org/10.31819/9783693560587_003

espaço de mediação (Chartier 1994, 7-11)[2] entre autores, suas interpretações e projetos de nação, e a sociedade brasileira.

Partindo destas considerações, desejamos explorar o sentido político e o universo editorial definido pelas *Brasilianas* entre 1930-1945 para discutir um tema fundamental de nossa história, mas que aparece na historiografia do livro e da edição de modo restrito, a saber: a questão indígena.

Provavelmente por sua ligação com os estudos literários, a discussão tenha permanecido centrada nos debates sobre o indianismo[3] (Cândido 1959), pois não encontramos em nossa trajetória de pesquisa nenhuma análise sistemática da área a respeito da produção e circulação de obras que envolvam outras duas categorias desta temática, o indigenismo e a política indigenista[4] (Lima 1988, 320; 1995, 15-16). A relativa ausência chama a atenção, pois a população indígena foi alvo de investigações, estudos e iniciativas de órgãos políticos e instituições acadêmico-científicas que visavam intervir, analisar e criar discursos sobre a formação social brasileira ao menos desde a independência (Schwarcz 1993, 70-92, 94; Ortiz 1985, 13-15). E essa produção se verifica para além da esfera literária, como parte da formação do pensamento social brasileiro.

Em um verbete sobre o tema, Manuela Carneiro da Cunha diz:

> Até hoje se ouvem algumas concepções surpreendentes sobre os índios no Brasil. Se são um estorvo ao desenvolvimento, um risco à segurança nacional, se devem se fundir na massa da população, se estão destinados a desaparecer e até se são mesmo índios. Tentarei nesse verbete explicitar a história e as teorias em que se gestaram esses preconceitos (Cunha 2016, 280).

Escravidão, idealização do bom selvagem, propriedade e posse de terras, evolucionismo são os tópicos fundamentais em que a historiadora reco-

2 Entendemos a mediação como a construção de sentido para uma obra, ou o estabelecimento de uma ordem de intenções e legitimidades para o mundo dos livros, nos termos empregados por Roger Chartier.

3 Considera-se indianismo como conjunto de ideias que tomam a valorização dos povos originários da América a partir de um tipo indígena ideal e homogêneo para reivindicar aspectos autênticos de formação da identidade nacional em contraposição aos valores, primeiramente ibéricos, e europeus, em geral. Com auge no Romantismo, esta imagem se constrói fundamentalmente sob a concepção rousseauniana do bom selvagem, mas se ressignifica em outras correntes artísticas e literárias ao longo do século XX.

4 Em síntese, o indigenismo comporta toda a produção de saberes sobre o "problema" da presença de povos indígenas em sociedade subsumidas por Estados nacionais. A segunda, refere-se à produção de diretrizes, projetos e iniciativas oficiais, do Estado, em relação ao tratamento dos povos indígenas. Entre as duas definições, o mesmo autor ressalta indigenismo como discursos de poder, ainda que não tenha sido produzido com o intuito direto de produzir subsídios para a ação estatal.

nhece a o tema como objeto de debates da História do Brasil, destacando ao mesmo tempo suas variações diante de diferentes regimes e conjunturas deste processo histórico de formação nacional. Ou seja, segundo os apontamentos de Cunha há uma história da imagem e das práticas construídas sobre o indígena no pensamento social brasileiro. Uma história que deve ser contada, porque ela contribui na compreensão e desconstrução dos preconceitos que há quatro séculos têm perpetuado injustiças, segregação e genocídio, e que pode revelar, na contramão da hegemonia estabelecida, os processos de resistência e iniciativa de uma política indígena que também atuou, e ainda atua, nestas relações (Cunha 1992, 9-27).

Se estas ideias foram produzidas e interviram junto à sociedade brasileira, perguntamo-nos por que, então, essa história ainda não foi contada pelos livros? As instituições e pessoas envolvidas com o campo indigenista[5] não se preocuparam em veicular sua produção e propósitos neste suporte?

O espaço de mediação representado pelas *Brasilianas* nos parece adequado para avaliarmos e discutirmos estes questionamentos, pois as coleções definem um recorte temporal, delimitam um conjunto de obras e a noção de projeto nacional que se aplicou ao mercado editorial brasileiro a partir das transformações de sua infraestrutura intelectual. A História foi a disciplina que marcou a organização destes projetos (Pontes 1988, 70, 75), mas dentro de um processo maior de institucionalização de outras áreas das ciências humanas, tais como, a Etnologia, Etnografia, Antropologia e Sociologia, diante da reorganização do ensino superior no país com a criação de suas primeiras universidades. A historiografia sobre *Brasilianas* aborda exaustivamente esta questão e deixa aberto o caminho para analisarmos as divisões temáticas que compreendem esse processo de especialização acadêmica. Se apreendemos os temas presentes em cada um destes empreendimentos editoriais podemos compreender as tendências de sua intervenção, comercial, simbólica e política. Ou seja, sob quais critérios e prioridades seus responsáveis e autores criaram o repertório canônico em torno dos "problemas" da vida nacional.

Desta maneira, o presente capítulo se inicia com uma análise que irá resgatar a presença dos livros no processo histórico de formação do campo indigenista no Brasil. Em um segundo momento, iremos apresentar dados quantitativos que posicionam as *Brasilianas* e, dentro delas, a questão indí-

5 A bibliografia consultada se refere ao conjunto da produção intelectual e da política indigenista dentro deste campo conjunto.

gena como tema relevante para a produção editorial do período. Finalmente, analisaremos alguns títulos que permitam identificar o(s) sentido(s) das coleções no processo mais geral de difusão de ideias produzidas a partir do interesse científico, social e político das relações de contato entre comunidades indígenas e a comunidade nacional na formação brasileira.

O mercado editorial nas entrelinhas do campo indigenista

Não é difícil encontrarmos algumas obras importantes sobre a questão indígena publicadas ainda no século XIX. Desde propostas legislativas, como *Apontamentos para a Civilização dos Indios Bravos do Imperio do Brasil*, de José Bonifácio (1823); e *Bazes de uma constituição politica ditatorial federativa para a republica brasileira*, de Miguel Lemos e Teixeira Mendes (1890); a análises historiográficas, como *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1857).[6] Entretanto, como afirma Antonio Carlos de Souza Lima, o contexto mais favorável para a ampliação deste repertório viria em momento posterior:

> as primeiras décadas do século [XX] se constituem em momento de grande importância para o estudo do discurso e da prática indigenista, já que este pode ser considerado como seu momento de institucionalização. Possível, então, tentar perceber as suas condições de legitimidade. […]
>
> Assim, uma análise da produção simbólica dessa região do campo evidencia que seus autores podem ser divididos, naquele momento, em seis categorias diferentes de agentes e agências: 1) etnógrafos; 2) jornalistas; 3) "propagandistas"; 4) engenheiros-militares; 5) juristas; 6) políticos (Lima 1988, 292).

O autor caracteriza o período republicano como crucial para o tratamento institucional e laico na formação do discurso e prática indigenista. A laicidade e fundamentação científica estavam contidas nos parâmetros de modernização que pautavam as polêmicas acerca da implantação do regime, da organização do Estado e de suas diretrizes econômicas e sociais. Muito referenciados no positivismo (Ribeiro 1962, 7; Gagliardi 1989, 169-171), como acrescenta o autor, estes debates não se restringiam à elite política, e sua amplitude resultou na conformação de uma esfera intelectual específica de profissionais, autores, estudiosos ou formadores de opinião que se colocam a serviço das perspectivas que disputavam o encaminhamento da questão indígena na política nacional. Isto é, um grupo que elaborou sobre

6 A bibliografia destaca a obra na apresentação da política indigenista de Varnhagen (1857).

o tema e, necessariamente, teve de criar canais de comunicação (Cândido 1959, 23-24), entre si e com a sociedade, para difundir suas ideias.

Os conflitos entre Estado, comunidades regionais e povos indígenas que resultavam da expansão das fronteiras agrícolas do país, especialmente da cafeicultura, passaram a ser cada vez mais recorrentes e noticiados em periódicos de ampla circulação na virada do século (Gagliardi 1989, 89). A brutalidade das chacinas relatadas mobilizou a sociedade civil e a opinião pública, levando à formação de agremiações como a Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios (1901), o Grêmio Patriótico Leonilda Daltro (1906), Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil (1908), e eventos públicos como o Congresso Pan-americano, em 1906, e o I Congresso de Geografia, de 1909, ambos realizados no Rio de Janeiro. Diante das transformações do contexto republicano, estas e demais iniciativas embasaram o debate público que, entre outras reivindicações, saiu em defesa da criação de um órgão para intervir contra o que se tornava uma política de lesão à integridade física e extermínio dos povos em contato com o dito processo modernizador (Gagliardi 1989, 94-105).

Para além dos relatos e denúncias de conflito, a imprensa veiculava debates teóricos das lideranças, intelectuais e autoridades científicas. Foi o que ocorreu, por exemplo, entorno da polêmica travada entre o diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, e membros do Museu Nacional, no ano de 1908, acerca da política de extermínio dos povos resistentes ao avanço da sociedade nacional sobre seus territórios,[7] história que se tornou uma espécie de mito de fundação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN), de 1910.[8]

Embora os críticos do mito reconheçam, acertadamente, que a bravata dos museus seja apenas a ponta do *iceberg* diante do envolvimento da sociedade com a questão indígena, ela lança luz para a importância das discussões promovidas em mídias de grande circulação, alertando para a condição social e política em que o Serviço foi criado.

A partir destes fatos, a nosso ver, a esfera pública pautou uma disputa ideológica e moral sobre a sociedade para pressionar as políticas oficiais. Esta foi esta dimensão que favoreceu o surgimento do SPI como um "apa-

7 A situação foi deflagrada diante do conflito com os kaingang no oeste paulista e interior do Paraná (Ihering 1908a, 1908b, 1908c; Carvalho 1908).

8 Serviço de Proteção ao Índio, a partir de 1916, primeiro órgão laico da política indigenista no Brasil.

relho não governamental formador de opinião" no "trabalho pedagógico de (re) formação do Brasil" (Lima 1995, 116). Caráter reforçado, primeiramente, pela hegemonia ideológica dos positivistas em sua organização, que explicitamente utilizam o órgão na propaganda pela incorporação pacífica e defesa da integridade física das populações indígenas, sob o lema "Morrer se preciso for, matar nunca!". Em segundo lugar, mas não menos importante, pela necessidade de difundir a intervenção e responsabilidade assumidas pelo Estado em relação ao chamado poder tutelar (Lima 1995, 41-44; Terena e Vieira 2021),[9] ideia contida na classificação civilizacional dos "índios" presentes no regulamento do órgão e no Código Civil.

A função pedagógica e propagandista do Serviço estava submetida, ainda, à falta de prioridade dos governos e à estrutura precária dentro da malha estatal (Ribeiro 1962, 29-31). Situação que contribuiu para a instabilidade e sucessivas transformações, pressionando seus gestores, funcionários de base e defensores a criar "mecanismos de legitimação" (Lima 1995, 118) jurídica e organizacional de suas ações. Por este motivo, os relatórios de expedição passam a ser um componente ordinário do quadro técnico do SPI e convidados/contratados eventuais:

> Todo trabalho do SPILTN, em uma região/local, iniciava-se por uma *expedição*. O termo designava um modo de intervir no espaço de clara matriz militar, com o fim de proceder a um reconhecimento do terreno (num sentido amplo) que servia de matéria ao trabalho. […] As *expedições* foram os instrumentos primeiros dessa apreensão 'nacional', fornecendo subsídios a um cálculo para a ação política, produzido de um centro cujas decisões transcendem a percepção dos agentes locais […] (Lima 1995, 160-162; grifo da autora).

De início, serviam como um guia de intervenção para circular internamente, mas logo, estes registros e outros documentos são selecionados para serem lançados a público, alimentando uma Seção de Publicações dentro do SPI. Sabe-se que projetos relativamente audaciosos foram dirigidos ali como, por exemplo, a edição dos documentos da Comissão Rondon. A maioria dos livros saem sob a chancela do Ministério da Agricultura, onde o Serviço esteve alocado por mais tempo.

Na medida em que o Estado e a sociedade civil mobilizada se faziam presentes na relação entre comunidade nacional e povos indígenas, os relatórios passaram a conviver com a produção de pesquisadores e técnicos

9 A obra de Lima é um marco na definição do termo que ainda é adotado nas análises críticas sobre a política indigenista no Brasil.

de museus, órgãos e demais instituições que tratavam da questão de modo disperso e que muitas vezes integravam as expedições oficiais. Sob estas relações, a infraestrutura intelectual do Serviço se expandiu ao longo dos anos: uma Seção de Estudos foi criada em 1942; e um curso de Antropologia que funcionou entre 1955-1958. Ambos aproximaram o SPI do Museu Nacional e das universidades (Gagliardi 1989, 280-282). Como partícipe deste processo, Darcy Ribeiro fez questão de assinalar a construção de "uma orientação científica moderna" (Ribeiro 1962, 8) através destas repartições, e principalmente na gestão de José Maria Malcher nos anos 1950. A posição é polêmica, porém denota a necessidade dos intelectuais envolvidos com o órgão em legitimar suas ações e discursos por meio de uma racionalidade, levando-os a garantir a divulgação de seus "métodos científicos", provavelmente, um dos fatores responsáveis por "uma onda sem precedentes de livros"(Garfield 2007, 81, 293)[10] publicados sobre o tema em fins dos anos 1940 – estes que desejamos conhecer e analisar.

Podemos concluir, portanto, que no processo de modernização republicana, a circulação de textos oriundos da produção intelectual do campo indigenista articulou Estado, projetos de nação e sociedade. Articulação que expressava a consciência dos agentes intelectuais e políticos, ligados ou não à esfera oficial, em veicular uma imagem, ou algumas imagens, sobre o indígena: dentro ou fora de uma relação de contato; mais ou menos civilizados; dóceis ou bravios; etc. A história do SPI chama atenção para este processo, mas não devemos nos limitar a ela, pois o órgão interagiu com outras instituições e contou com a participação de agentes externos.

Os livros ganharam importância nesta realidade diante das demandas econômicas e sociais sobre a modernização e, em seguida, o desenvolvimento da nação. Assim, podemos afirmar que o mercado editorial contribuiu para promover os debates propostos. Basta agora entendermos quando, e se, as publicações em questão deixaram de ser resultados difusos de projetos e atuações institucionais, para se tornarem um circuito perene de participação da esfera intelectual na construção de discursos oficiais sobre desenvolvimento e identidade nacional, bem como de sua crítica.

10 Mesmo os atores críticos à posição de Ribeiro reconhecem a orientação antropológica da gestão Malcher.

O lugar do indígena nas coleções *Brasilianas*

Como apresentamos no início, a concepção das *Brasilianas* e a realização de seus catálogos dialogam com um momento de reivindicações e transformações sociais da em ocorridas em torno da Revolução de 1930. A questão indígena entrou na rota dos debates "revolucionários" na medida em que a ideia de modernização difundida, compreendia a expansão da estrutura econômica do país, que passava pelo avanço das fronteiras e ocupação produtiva do território –leia-se capitalista, com base na agricultura e extração de recursos primários– em localidades ocupadas por povos indígenas; a organização da presença do Estado nestas áreas, para garantia de infraestrutura e defesa; e a ressignificação dos discursos de identidade nacional, considerando-se, ao contrário do período anterior, a positividade da miscigenação, que incluiria reconhecer as contribuições do "índio".

Faz-se necessário neste momento identificarmos os elementos que corroboram para a ideia de que, para intervir nesta realidade, as *Brasilianas* atuaram como mediadoras entre a produção de intenções, discursos e propostas oriundas produção político-intelectual do período, a posição que ocupavam institucional e/ou socialmente, e um público amplo e heterogêneo de leitores que, diga-se de passagem, crescia no Brasil (Fernandes 1960).[11] A representatividade quantitativa das coleções no processo de expansão do mercado editorial e, dentro dela, a relevância da temática indígena, é um primeiro caminho para discutirmos essa abordagem.

Não há dados oficiais sobre a produção editorial brasileira anterior a 1930, e mesmo para a década como um todo, os levantamentos são irregulares. Podemos utilizar como referência um mapeamento das atividades da CEN neste momento de virada. A editora que se tornaria uma das maiores do país (Miceli 1979, 83),[12] viu o seu número de títulos publicados aumentar cerca de seis vezes entre 1926-1933, em um crescimento progressivo e praticamente ininterrupto ao longo destes anos. Entre 1938-1948,

11 Ver a analise geral do autor. Segundo dados apresentados por Fernandes, o Brasil só terá um índice de alfabetização superior a 50 % da população com 15 anos ou mais, a partir da década de 1960. Dentro desta situação crítica, entre 1920-1940 o percentual se eleva de 35 % para 44 %. Em relação ao mercado do livro o crescimento deste público, em termos absolutos, não é desprezível, ele passa da casa dos 6 para os 10 milhões de pessoas alfabetizadas. Sobre a situação geral do ensino e suas tendências.

12 Em 1938 a Nacional integrava o grupo das seis maiores editoras brasileiras e detinha 14 % do mercado. A José Olympio se encontra no mesmo grupo detendo 5 %.

período de reconhecida fortuna comercial e simbólica para a empresa, ela publicou em média 400 títulos por ano, incluindo reimpressões.[13]

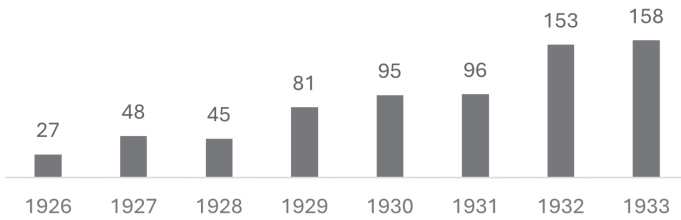


Figura 1: Crescimento da Companhia Editora Nacional, títulos publicados (1926-1933) (inclusive reimpressões).

A evolução das atividades da CEN evidentemente não encerra a complexidade e heterogeneidade do setor. O que ela nos indica é a tendência positiva para o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro nesta conjuntura, baseada em uma estrutura e um mercado consumidor em expansão que certamente embalaram o ritmo de outras grandes e pequenas empresas. Em paralelo à situação da editora de Octalles Marcondes Ferreira, os dados nacionais disponíveis para os anos de 1938-1943 ponderam a situação, e demonstram que o ritmo geral de publicações deva ter sido inferior. Entretanto, eles também registram um aumento dos títulos publicados em mais de 100 %, reafirmando aquela tendência de crescimento.

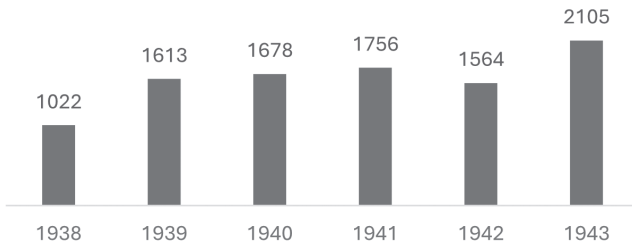


Figura 2: Títulos publicados no Brasil (1938-1943) (livros e folhetos).

13 Segundo Miceli (1979, 82), as editoras de médio porte, entre as quais se incluí a Martins, lançavam entre 21 e 60 títulos por ano; as de grande porte entre 51 e 250.

É dentro desta dinâmica editorial, e de suas variações nas décadas seguintes, que podemos situar nosso levantamento de livros sobre a questão indígena. Até o momento, encontramos 250 títulos sobre o tema, 228 publicados em 1ª edição, uma média de 6,8 publicações por ano se considerado o período até 1967.

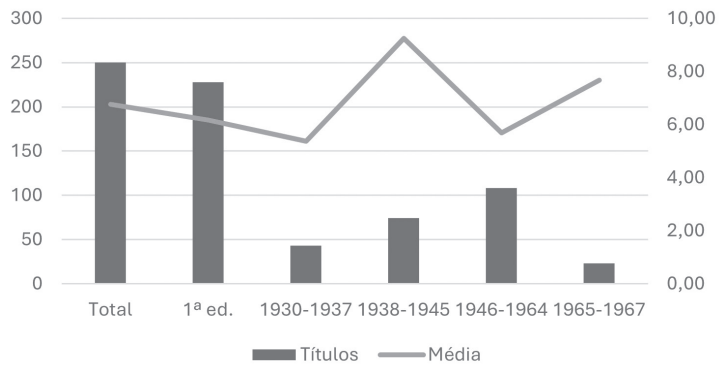


Figura 3: Títulos sobre a Questão Indígena, total e por período (1930-1967).

O auge de lançamentos ocorreu entre 1938-1945, com 9,5 novos títulos anuais, o equivalente a uma parcela de 0,6% da média do país para o período disponível. Se tomarmos os quantitativos detalhados por área do conhecimento, essa representação se torna mais significativa: as obras de nosso levantamento representaram 2% das publicações nacionais nas categorias Sociologia, Ciência, História e Viagens. No momento seguinte, 1950-1964, ela decaiu ao patamar equivalente ao das edições gerais, com 0,6%.

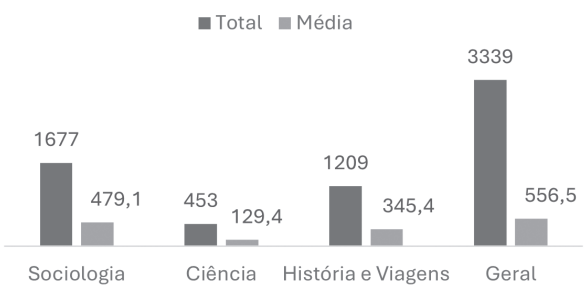


Figura 4: Publicações de títulos no Brasil, por área I (1938-1943).

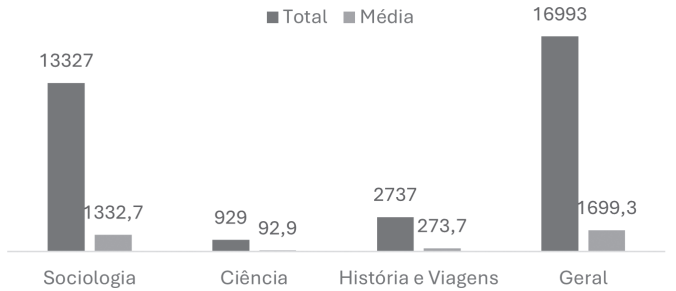


Figura 5: Publicações de títulos no Brasil, por área II (1950-1964).

Os quantitativos demonstram que as publicações sobre a questão indígena obtiveram relativo destaque no mercado editorial brasileiro no período analisado, pois o universo de temas que podem ser enquadrados nestas disciplinas não é pequeno. Elas se mantiveram constantes no período analisado, porém não acompanharam as flutuações gerais do setor no que diz respeito ao crescimento da média de publicações após 1945. Trata-se agora de qualificar esta representatividade.

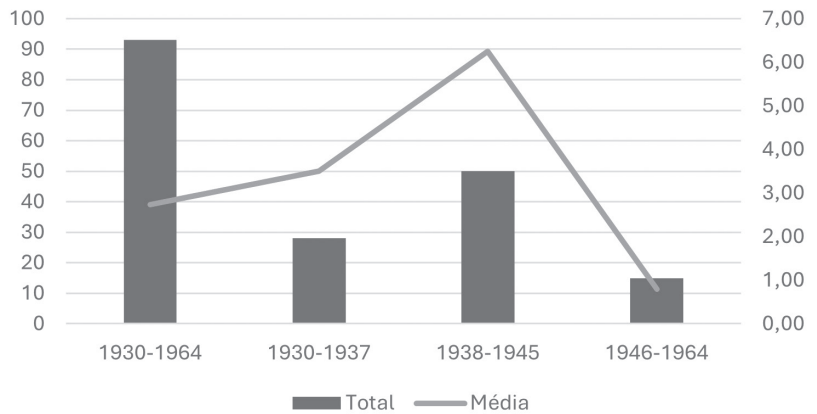


Figura 6: A Questão Indígena nas *Brasilianas*, geral (1930-1964).

O caráter das obras varia, desde a divulgação das técnicas de intervenção do Estado, passando por obras científicas, relatos de viajantes, expedições civis e/ou militares. Seus objetivos também são diversos e por vezes combinam ciência, política e narrativas edificantes, beirando ao literário. En-

tretanto, alguns elementos de regularidade entre elas –de forma, conteúdo e/ou gênero textual– permitem detalhar o conjunto. O primeiro deles é o reconhecimento da significativa presença das coleções *Brasilianas* no levantamento; ou o contrário, a constatação da importância que o tema adquiriu no cânone estabelecido pelas coleções. Foram 93 títulos lançados pelos três principais projetos deste tipo, 37 % do total de obras, 80 em 1ª edição, e nenhuma delas publicadas após 1964.

A média anual de lançamentos sobre a questão indígena nas *Brasilianas* fica abaixo daquele verificado para o levantamento geral (2,74 títulos/ano), exceto pelo período 1938-1945 (6,25 títulos/ano) que também coincide como principal período para a presença do tema nas coleções. Para termos uma ideia da relação destes dados com a dinâmica geral dos projetos, devemos lembrar que a Brasiliana havia publicado cerca de 200 volumes entre 1931-1941, chegando a mais de 400 quando foi encerrada nos anos 1960; a Documentos Brasileiros publicou 107 obras entre 1936-1959; e a Biblioteca Histórica Brasileira totalizou 27 edições. As publicações que nos interessam representam, respectivamente, 18 %, 11 % e 41 % do total.

Período/Coleção	**Brasiliana**	**Documentos Brasileiros**	**Biblioteca Histórica Brasileira**
1930-1937	25	3	0
1938-1945	37	4	9
1946-1964	8	5	2
Total	**70**	**12**	**11**

Tabla 1: A Questão Indígena nas *Brasilianas*, por coleção (1930-1964).

Se as transformações sociais dos anos 1930 beneficiaram o mercado editorial e criaram condições para que as *Brasilianas* se tornassem um espaço de consagração para um repertório sobre a História e a realidade nacional, eles necessariamente oferecem uma aproximação com os principais debates do período. Os dados levantados demonstram que a questão indígena esteve entre eles. Assim, as obras lançadas pelas respectivas coleções contribuem para caracterizarmos o papel da produção intelectual e da circulação de livros sobre o tema na realidade política e social do Brasil na relação entre o campo indigenista e a sociedade brasileira.

1930-1937: questão racial e o reconhecimento do indígena

Os primeiros livros relativos à questão indígena, segundo nossa classificação, saem na Brasiliana da CEN, respectivamente, nos anos de 1932 e 1933: *Raça e Assimilação*, de Oliveira Vianna, e *Ensaios de Antropologia Brasiliana*, de Edgard Roquette-Pinto. Nenhum dos casos apresenta estudos acadêmicos relativos a populações indígenas específicas, tampouco a medidas que já estavam sendo adotadas pelo governo provisório, ou questões que envolvessem o debate constituinte. Embora o tema estivesse pautado nestas instâncias. Tratam-se de ensaios sobre a formação racial da população brasileira.

Ainda no período de crise da Primeira República, o Decreto n.º 5484 de 27 de julho de 1928 regulamentou a definição do Código Civil que definia o "silvícola" como indivíduo relativamente incapaz de se autogovernar, formalizando pela primeira vez a classificação das populações indígenas por nível civilizacional e os meios de intervenção legítimos para fazê-las "evoluir" nesta hierarquia – dos menos aos mais civilizados. Este foi o subsídio para que a Constituição de 1934 fosse a primeira a conter dispositivos relativos aos povos indígenas: em seu art. 5, trata da "incorporação dos silvícolas à comunhão nacional", e no art. 129 que define: "será respeitada a posse de terras aos silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado o direito de aliená-las" (Terena e Vieira 2021, 197).

As normas irão consolidaram a visão integracionista presente na legislação do período anterior e nos princípios da posição hegemônica que criou o SPI, sob os quais ficavam subentendidas, de um lado, a superioridade da cultura hegemônica, de outro, a condição transitória da identidade socio-político-cultural indígena (Terena e Vieira 2021, 198), fundamentos do poder tutelar a ser exercido pelo Estado. Podemos dizer que elas cristalizam a legitimidade do Serviço como principal responsável pela execução da política indigenista no Brasil. Contudo, a questão não estava encerrada na letra da lei, e mesmo este reconhecimento não evitou um período de incertezas na alocação ministerial do órgão após a Revolução, mantendo-o fora da prioridade orçamentária e política dos governos. Fala-se de um período de crise, atribuído à crítica de Marechal Rondon ao processo revolucionário, mas a situação teve mais elementos de continuidade do que de ruptura com a precariedade vivida no período anterior (Lima 1995, 108-112; Freire 1990, 22-28).

Seria ingênuo pensar que as edições corresponderiam mecanicamente a esta realidade, mas também não seria inoportuno que a editora buscasse

trabalhos ligados às denúncias de conflitos, à divulgação das atividades de pacificação do SPI ou à produção acadêmica específica sobre as sociedades indígenas, ou estudos jurídicos sobre o tema. O próprio Roquette-Pinto esteve envolvido nas primeiras missões do Serviço, e fez alguns levantamentos de campo na condição de responsável pela Seção de Etnologia do Museu Nacional. Assim, as publicações da CEN trazem ensaios gerais sobre a questão racial, onde o "índio" é tratado como um dos elementos constitutivos da formação social brasileira, enquanto tipo racial "puro" ou componente do processo de miscigenação.

O "problema" da mistura de raças está no centro das preocupações de ambos os intelectuais. Em perspectivas relativamente distintas, eles assumem teorias de classificação racial (Pinto 1933, 127-135; Vianna 1933, 36-41), especialmente Oliveira Vianna que chega a argumentar diretamente contra os que negam a sua existência, que permitissem analisar estas condições populacionais e compreender os resultados dos processos de cruzamento entre elas. Chama a atenção que os ensaios estejam centrados na discussão entre antropologia física e antropologia funcional em uma perspectiva cientificista, quando consideramos a perspectiva cultural que orientou o discurso racial ao longo da década de 1930 (Ortiz 1985, 40-41). Mas há uma preocupação evidente que emerge desta virada: a de distinguir raça e povo (Pinto 1933, 71; Vianna 1933, 24-26). E mesmo a fala explicitamente hierarquizante em defesa do elemento caucasiano de Vianna se destina a demarcar que nenhum povo ou nação não pode ser cientificamente identificado com uma única raça.

A abordagem que se expressou nestas obras não estava totalmente desvinculada das medidas jurídicas e da realidade institucional. A incorporação do indígena na carta magna revelava um novo patamar da discussão política e social sobre o tema, a saber, a do reconhecimento de um possível alcance de um determinado *status* cidadania, aquele condicionado aos direitos e deveres de sua integração à "comunhão nacional". O termo citado no artigo 5, permanecerá no discurso oficial de Vargas até o fim do Estado Novo, pautando a concepção de modernização e projeto nacional que caracterizou a atitude das elites que se consolidaram ao seu lado no processo político pós-1930.

Tratava-se de construir a identidade entre Estado e nação a partir de uma comunidade étnica coesa de modo distinto da visão dominante no período anterior que, para contornar a ideia de degeneração da mistura de raças definida pelos parâmetros da produção científica internacional, ex-

plorou o quanto pôde a tendência de dirigir a sociedade brasileira no sentido de seu branqueamento (Schwarcz 1993, 12). Sem se livrar totalmente da superioridade do elemento europeu, o relativo avanço na mentalidade nos anos 1930 tinha seus princípios morais, mas não ocorreu sem se confrontar com os equívocos "científicos", a falência das políticas racistas de imigração e a resistência social da população agredida por estes discursos (Santos 2023, 218).

Em outras palavras, diante da mistura inevitável e da resistência do "negro" e do "índio" "puros", foi necessário assumir as suas contribuições e integrá-las à ideia de nação e povo brasileiro, e a mudança de paradigma atendia a um novo padrão de racialização da sociedade brasileira. Assim, com as diferenças que elas certamente carregam entre si e com as interpretações consideradas como propriamente culturalistas, não é contraditório que as obras de Roquette-Pinto e Vianna integrem esta mudança de paradigma. Ao reivindicarem as teorias classificatórias de raça com base eugenista e, ao mesmo tempo, assumirem a possibilidade de uma análise cultural, que se distinguiria totalmente da anterior, para construir uma ideia de povo, eles revelam as bases de um discurso complexo –e cruel– que, no fim das contas, subsidiou a construção do mito da democracia racial no Brasil.

Poucos anos depois destas publicações, em 1936, a José Olympio lançou a Documentos Brasileiros. O fato não ficou marcado apenas pela obra inaugural, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, mas pela relação entre estes nomes e o diretor, Gilberto Freyre. A consumação do ensaio como gênero modernizador da produção em ciências humanas, passou pelo reconhecimento deste feito coletivo entre a coleção, a obra de Sérgio Buarque e a chancela do ensaísta por excelência, consagrado por *Casa Grande e Senzala*. Um marco que girou essencialmente em torno da ideia de raça e caráter nacional, contribuindo para a construção de uma imagem do indígena na formação social brasileira. A nova *Brasiliana* se lançava no mercado de modo a dialogar com sua predecessora, porém com uma obra que realçava a abordagem psicológica e cultural da raça e do povo brasileiro, colocando a positividade da miscigenação em ambas as esferas.

O estudo de Estevão Pinto, *Os Índios do Nordeste, vol. 1*, publicado pela CEN em 1935, foi o primeiro a trazer a análise de uma história indígena pré-colonial, inclusive sob o ponto de vista da arqueologia, e a análise de algumas sociedades presentes na região nordeste, como evidenciado pelo título. Pinto era professor da Cátedra de Sociologia da Escola Normal do Recife e fez um estudo de síntese, majoritariamente, a partir de fontes

secundárias. Sua presença na Brasiliana compõe um quadro mais amplo de publicações que revelam os caminhos da institucionalização da etnografia e da antropologia no Brasil. Devemos colocá-lo ao lado de Roquette-Pinto, que terá outras obras lançadas na coleção, e de nomes como Herbet Baldus que publica seus *Ensaios de Antropologia Brasileira*, em 1937.

A obra reúne os resultados de suas pesquisas pioneiras junto a algumas sociedades indígenas: kaingang, bororo, terena e outras, e sua construção traz elementos interessantes sobre a transição entre o ensaísmo autodidata e a produção universitária sobre o tema. O título reivindica a forma ensaio, parece-nos que por dois motivos. O primeiro, porque o livro reúne textos independentes, o segundo porque foram, de fato, escritos por Baldus antes que ele ingressasse como professor na ELSP, em 1939. Seus vínculos no ambiente intelectual brasileiro se deram por meio de Affonso de Taunay, que prefacia a edição; e do Museu Paulista, uma instituição que naquela altura ainda representava o fazer intelectual autodidata, onde ele pesquisou e publicou seus primeiros textos. Ao mesmo tempo, para além do título, percebe-se que ele fez questão de demarcar seu alinhamento com a modernização dos métodos de pesquisa e com a institucionalização de sua área.

Além de citar diversas instituições alemãs que financiaram suas viagens de campo, o primeiro texto da obra foi de caráter teórico, no qual Baldus se dedicou a demonstrar a especialização da Antropologia, Etnografia e Etnologia como áreas distintas da tradição acadêmica (Baldus 1937, 18-19). Nesse mesmo sentido, o autor reivindicou a contribuição de viajantes e cientistas do século XIX como formadores de uma nova tradição da Etnologia no Brasil (Baldus 1937, 24). A recorrência de paratextos (Genette 2018) dedicados a estabelecer o debate disciplinar, acabou por destacar a significativa presença de edições destes mesmos viajantes na Brasiliana.

1938-1945: viagens, expedições e a "Marcha para o Oeste"

Saint-Hilaire é o primeiro publicado em 1936, e pela coleção da CEN ele terá toda sua obra publicada, 9 volumes, algumas em edições inéditas. A Biblioteca Histórica Brasileira (BHB), lançada pela Marins em 1940. Os 11 títulos levantados se referem a relatos de viajantes do século XIX. As obras desta categoria passam a ser mais frequentes entre 1938-1945 e totalizam 17 títulos dos 50 publicados neste período.

À primeira vista, esta presença talvez não fosse determinada pela intenção dos responsáveis pelas coleções em abordar a questão indígena. Nor-

malmente, a historiografia vê os títulos como parte de uma política de divulgação de fontes, e de uma característica relativamente antiquada que passaria especialmente pela Brasiliana da CEN. Em relação à BHB, não se pode deixar de lado o fato de que Rubens Borba de Moraes, seu diretor, tinha uma concepção de *Brasiliana* a partir de sua experiência enquanto colecionador, bibliófilo e bibliógrafo. Na brochura que acompanha o volume inaugural da Biblioteca, *Viagem Pitoresca ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret, ele afirma:

> resolvemos pôr ao alcance do leitor, um certo número de obras capitais para o estudo de cousas do nosso passado. […] A nossa intenção é apresentar uma coleção de livros criteriosamente escolhidos, baseados no valor intelectual da obra, independente do interesse comercial.
>
> Traduções perfeitas e integrais, cuidadosamente revistas, anotadas e prefaciadas, ilustradas com a reprodução exata e total dos originais e apresentação gráfica luxuosa, tais são os princípios que adotamos (Moraes 1940, s.p.).

Fica explícita a intenção em publicar obras que ficavam restritas a colecionadores à altura deste lugar de raridade, e sob os critérios de periodização ele adotava para conceber uma *Brasiliana*, como vimos anteriormente. Porém, ainda que não tenha sido um critério consciente, chama a atenção que 2 delas se dediquem diretamente ao estudo de populações indígenas, e outras 5 deem centralidade ao tema, no texto e imagens, com análise física, cultural e psicológica de diversas etnias. O mesmo ocorre com as edições da CEN que em sua quase totalidade apresentam, ao menos, alguns capítulos inteiros dedicados à sua caracterização com descrições, quantitativos e imagens.

Elas possuem, portanto, o caráter documental que normalmente lhes é atribuído. Mas é preciso lembrar que elas foram selecionadas pelos responsáveis das coleções, e assim este caráter se redimensiona dentro do conjunto analisado, especialmente, quando as obras dialogam entre si por meio dos paratextos. No volume II, *Viagem à Província de São Paulo*, de Saint-Hilaire (1940), o próprio Moraes faz um prefácio em defesa da reorientação da historiografia diante das transformações sociais e institucionais que tocavam ao pensamento brasileiro. No volume XIV, *Os Caduveo*, de Guido Boggiani (1945), a introdução de Herbert Baldus traz uma análise da vida e obra do autor traçando o histórico de suas atividades e contribuições para a etnologia no Brasil, em que conclui:

> Resumindo, pode-se dizer que, de todas as pesquisas modernas feitas "in loco" acerca dos Caduveo, a de Boggiani continua sendo a mais satisfatória. Quem, no entanto, quiser trabalhar segundo as exigências atuais da etnologia, en-

> contrará ainda por fazer a maior parte do estudo daqueles índios do sul-mato-grossense, tão benquistos pelo amável louro "de olhos claríssimos (Baldus 1945, 16).

Por estas características, entende-se que as *Brasilianas* não eram um terreno neutro de publicação destes textos históricos. Tratadas sob a ótica da institucionalização do indigenismo, a dimensão documental das edições passou a conviver com o *status* de referencial teórico-metodológico que os cientistas do passado legaram aos contemporâneos das coleções. Os intelectuais envolvidos no processo editorial reivindicam as obras e seus autores em uma disputa pela origem de suas disciplinas de trabalho dentro da especialização acadêmica que se consolidaria fora do ensaísmo e das instituições tradicionais da vida intelectual brasileira.

Em ouras palavras, estes documentos veiculavam, de um lado, imagens do indígena, por vezes criticada no aparato paratextual; de outro, um legado etnológico e etnográfico, um conhecimento do Brasil, este sim recorrentemente evocado enquanto tributário da modernização dos métodos científicos para se caracterizar, compreender e preservar a integridade física, moral e cultural destes povos.

A sobreposição de sentidos na seleção dos títulos e no debate construído adquire mais relevância quando consideramos que dialogavam com o contexto político que desde o início da década de 1930, como vimos, ocupava-se das definições sobre a condição jurídica, civil e social dos povos indígenas, marcados pela ideia de tutela e por uma perspectiva integracionista. Estas questões se aprofundam durante o Estado Novo, especialmente, diante do projeto que ficou conhecido como "A Marcha para o Oeste", lançada em um discurso proferido por Getúlio Vargas em 1938.

Do ponto de vista do processo de mudanças estruturais da sociedade brasileira, a Marcha visava a ocupação do interior do país, envolvendo planos de prospecção mineral, integração agrícola e mesmo da Doutrina de Segurança Nacional delineada por Eurico Gaspar Dutra. Para viabilizá-los o governo atua em várias frentes de intervenção. Em 1940, Vargas organizou uma visita à Ilha do Bananal e se tornou o primeiro presidente a pisar em um território indígena e na região centro-oeste do Brasil. O relato da viagem, exaltada por ter ocorrido graças ao avanço da aviação, foi registrado por uma comitiva de jornalistas, funcionários do governos e pesquisadores em fotos, vídeos e matérias, demonstrando que o avanço das fronteiras não incluiria o Oeste apenas na vanguarda do desenvolvimento

da nação, como na construção do repertório ideológico do regime, e os povos indígenas foram chamados à arena política (Garfield 2007, 39, 48).

Sob o Estado Novo, o discurso de harmonia entre as raças foi ainda mais utilizado como elemento da constituição da identidade nacional e da ideia de progresso. Dentro do repertório de eventos cívicos explorados pelos órgãos de propaganda do regime, foram criados o Dia da Raça e o Dia do Índio (Gomes 1999, 184, 206; Santos 2023, 224-225).[14] Entre as medidas institucionais, destacam a reforma do Regimento do SPI em 1938, e, no ano seguinte, a criação do Conselho Nacional de Proteção ao Índio (CNPI), que enquadrou a política indigenista dentro da perspectiva intervencionista do regime. Cumpre notar que nestas reformas a política indigenista se aproximou do campo acadêmico com a criação da Seção de Estudos do SPI e com a composição do Conselho (Freire 1990, 31, 50-53).[15]

Além disso, intelectuais pró-regime, atuantes em outros órgãos ligados à propaganda e à vida intelectual contribuíram com a defesa das políticas que envolviam a questão indígena. A *Marcha para o Oeste*, de Cassiano Ricardo, por exemplo, foi publicada na Documentos Brasileiros, em 1940. Ela se destaca entre os 12 livros publicados pela editora pelo vínculo explícito com a política do regime, possui um longo capítulo sobre o indígena e, já no texto de "Advertência", menciona a questão racial:

> Qual dos grupos iniciais da formação brasileira o que, num sentido sociológico, deu origem à democracia?
>
> A sociedade brasileira não nasce, como se sabe, de um só ponto de irradiação. Forma-se cristâmente, mestiçamente. Entram nela elementos biodemocráticos afros e ameríndios (Ricardo 1940, x).

Não surpreende que José Olympio, conhecido pela arte da amizade, tenha dado espaço para o discurso oficial em seu catálogo e que, ao mesmo tempo, tenha lançado *Oeste. Ensaio sobre a Grande propriedade Pastoril* do intelectual comunista, Nelson Werneck Sodré (1941). A obra não enfrenta diretamente a Marcha, mas constrói uma leitura crítica da ocupação produtiva da região, contribuindo para a perspectiva geral de incorporar "o

14 A autora fala do Estado como uma "técnica de construção do povo" e tratada da questão cívica em torno da temática racial.

15 Composto por sete conselheiros: diretor do SPI, um representante do Museu Nacional, um representante do Serviço Florestal, quatro nomeados pelo presidente.

Oeste" no discurso de unidade nacional, como esse "desconhecido e complexo, quer na sua geografia, quer na sua história, quer na sua organização social […] uma incógnita" (Sodré 1941, 11).

Diante desta imagem, notam-se também as edições que saem, tanto na Documentos Brasileiros, quanto na Brasiliana a partir dos relatos de expedições contemporâneas. Estas realizadas, muitas vezes a título oficial como fruto da política expansionista ou de ações do SPI. Elas estabelecem uma espécie de paralelo com as obras de viajantes históricos e criam uma narrativa do desbravador – cientista, técnico, jornalista, engenheiros, militares – diante da atitude hostil ou pacífica da natureza e dos povos encontrados – selvagens ou exóticos.

Assim, as coleções *Brasilianas* expressam o momento no qual um nacionalismo renovado e um Estado intervencionista caminharam em paralelo, aproximando de seus órgãos protagonistas do ambiente intelectual em disputa por novas abordagens teóricas nas instituições de referência para o conhecimento científico sobre os povos indígenas; e ideólogos diretamente ligados à construção do discurso oficial sobre o indígena e à política indigenista do período. O movimento quantitativo e os aspectos qualitativos que apreendemos do conjunto demonstram que essa relação não foi homogênea. As obras, autores e coleções carregam diferenças entre si seja pela função, princípios ou objetivos estabelecidos pela edição, seja pelo conteúdo apresentado ou o posicionamento político diverso.

No entanto, como fruto de seu tempo, entre correspondências, contrapontos e mesmo perspectivas críticas à ação estatal, estes projetos editoriais contribuíram para o panorama mais geral da construção de discursos voltados a estabelecer uma ideia do indígena como fator de comunhão nacional. Esta que não se efetivou apenas como ideologia para legitimar a nação, um governo ou regime em abstrato, mas para viabilizar instituições, órgãos, medidas econômicas, leis e outras ações com impacto direto na organização da realidade material da sociedade brasileira. Isto é, seus responsáveis selecionaram e gerenciaram a diversidade dentro de uma ordem que tornou o diálogo entre autores, instituições e seus posicionamentos, possível. Eles mediaram posições para atingir o objetivo de contribuir para um momento em que se manifestou de forma aguda "a preocupação, quase uma obstinação, tantas vezes reitera da, em desvendar, mapear, estudar e diagnosticar a realidade [nacional]" (Pontes 1988, 56) que marca a formação do pensamento social brasileiro.

Referencias bibliográficas

Azevedo, Fernando. 1943. *A Cultura Brasileira. Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Baldus, Herbert. 1937. *Ensaios de Antropologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Baldus, Herbert. 1945. "Introdução". Em *Os Caduveo*, por Guido Boggiani, 11-46. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Cândido, Antônio. 1959. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos*. São Paulo: Martins.

Carone, Edgard. 1965. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. São Paulo: Desa.

Carone, Edgard. 1974. *A República Nova*. São Paulo: Difel.

Carvalho, Sérgio de. 1908. "O Sr. Von Ihering e os Indígenas". *Jornal do Commercio*, 6 de dezembro: 4.

Chartier, Roger. 1994. *A Ordem dos Livros. Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa Entre os Séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB.

Chartier, Roger. 2014. *A Mão do Autor e a Mente do Editor.* São Paulo: UNESP.

Cunha, Manuela Carneiro da. 1992. "Introdução a uma História Indígena". Em *História dos Índios no Brasil*, por Manuela Carneiro da Cunha, 9-27. São Paulo: Companhia das Letras.

Cunha, Manuela Carneiro da. 2016. "Índios como Tema do Pensamento Social no Brasil". Em *Agenda Brasileira: Temas de uma Sociedade em Mudança*, editado por André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz, 278-291. São Paulo: Companhia das Letras.

Dutra, Eliana Freitas. 2006. "A Nação nos Livros. A Biblioteca Ideal na Coleção Brasiliana". Em *Política, Nação e Edição. O Lugar dos Impressos na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas. Séculos XVII-XX*, editado por Eliana de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier, 299-314. São Paulo: Annablume.

Fernandes, Florestan. 1960. "Dados sobre a Situação do Ensino". *Revista Brasiliense* 30: 67-138.

Franzini, Fábio. 2006. "À Sombra das Palmeiras. A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)". Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

Freire, Carlos Augusto da Rocha. 1990. "Indigenismo e Antropologia. O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na Gestão Rondon (1939-1955)". Tese de Doutorado, Museu Nacional.

Gagliardi, José Mauro. 1989. *O Indígena e a República.* São Paulo: Hucitec.

Garfield, Seth. 2007. *Luta Indígena no Coração do Brasil: Política Indigenista, a Marcha para o Oeste e os Índios Xavante (1937-1988)*. Traduzido por Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: UNESP.

Genette, Gérard. 2018. *Paratextos Editoriais*. Traduzido por Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê.

Gomes, Angela de Castro. 1999. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume.

Hallewell, Laurence. 2012. *O Livro no Brasil: Sua História.* Traduzido por Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP.

Ihering, Hermann von. 1908a. "O Futuro dos Indígenas de São Paulo". *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro.

Ihering, Hermann von. 1908b. "Os Índios do Brasil Meridional". *Correio Paulistano*, 29 de outubro.

Ihering, Hermann von. 1908c. "Extermínio dos Indígenas ou dos Sertanejos?". *Jornal do Commércio,* 15 de dezembro.

Lima, Antonio Carlos de Souza. 1988. "Os Museus de História Natural e a Construção do Indigenismo: Notas para uma Sociologia das Relações Entre Campo Intelectual e Campo Político no Brasil". *Revista de Antropologia* 30-32: 277-230.

Lima, Antonio Carlos de Souza. 1995. *Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil.* Petrópolis: Vozes.

Miceli, Sérgio. 1979. *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-1945).* São Paulo: Difel.

Moraes, Rubens Borba de. 1940. *Biblioteca Histórica Brasileira.* São Paulo: Livraria Martins, s.p.

Ortiz, Renato. 1985. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.

Pinto, Edgard Roquette. 1933. *Ensaios de Antropologia Brasiliana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Pontes, Heloísa. 1988. "Retratos do Brasil: um Estudo dos Editores, das Editoras e das 'Coleções Brasilianas' nas Décadas de 1930, 40 e 50". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica* 26: 56-89.

Ribeiro, Darcy. 1962. *A Política Indigenista no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.

Ricardo, Cassiano. 1940. *A Marcha Para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Santos, Ynaê Lopes dos. 2023. *Racismo Brasileiro. História da formação do país.* São Paulo: Todavia.

Schwarcz, Lilia. 1993. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras.

Sodré, Nelson Werneck. 1941. *Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Sora, Gustavo. 2010. *Brasilianas: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Com-Arte.

Terena, Luiz Eloy e Ana Carolina Alfinito Vieira. 2021. *Criminalização e Reconhecimento Incompleto. Obstáculos Legais à Mobilização Indígena no Brasil*. Rio de Janeiro: Laced/Autografia.

Vianna, Francisco José de Oliveira. 1932. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. 1857. "1º Discurso Preliminar – Os índios perante a nacionalidade brasileira". Em *História Geral do Brasil*, vol. II, editado por Francisco Adolfo de Varnhagen, xv-xxviii. Rio de Janeiro: Laemmert.